

PSICOLOGIA POLÍTICA NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Psicología política en Brasil:
una revisión sistemática

Political psychology in Brazil:
a systematic review

RESUMO

O objetivo desta revisão foi examinar estudos empíricos que trabalharam com os diversos temas propostos pela psicologia política no Brasil. Os bancos de dados Lilacs, Scielo, Pepsic, Jstor, Psycinfo e Scopus e a Revista Psicologia Política foram rastreados em maio de 2018. Utilizou-se a palavra-chave “Psicologia Política”, e os strings “Psicologia e Política” e “Psicologia Política e Brasil” nos idiomas das bases. Foram localizados 438 artigos, tendo sido analisados, após aplicação do método PRISMA, 19. Entre estes, 15 (78,9%) eram estudos qualitativos, 3 (15,8%) quantitativos e 1 (5,3%) misto. Os eixos temáticos propostos para agrupamento dos artigos foram chamados de Clínica Politizada, Comportamento Político e Ditadura Militar Brasileira. Os resultados reforçam a necessidade de implementação de pesquisas neste campo, diversificando o escopo dos estudos e os métodos empregados para as análises.

Palavras-chaves: *Psicologia Política; Psicologia Social; Revisão Sistemática; História da Psicologia; Ditadura Militar Brasileira.*

RESUMEN

El objetivo de esta revisión fue examinar estudios empíricos que trabajaron con los diversos temas propuestos por la psicología política en Brasil. En mayo de 2018 se rastrearon las bases de datos Lilacs, Scielo, Pepsic, Jstor, Psycinfo y Scopus y Revista Psicologia Política. Se utilizó la palabra clave “Psicología política” y las cadenas “Psicología y política” y “Psicología” Política y Brasil “en los idiomas de las bases. Se localizaron 438 artículos y 19 fueron analizados tras aplicar el método PRISMA. De ellos, 15 (78,9%) fueron estudios cualitativos, 3 (15,8%) cuantitativos y 1 (5,3%) mixtos. Los ejes temáticos propuestos para agrupar los artículos fueron denominados Clínica politizada, Comportamiento político y Dictadura militar brasileña. Los resultados refuerzan la necesidad de implementar investigaciones en este campo,

JULIANA LEDUR STUCKY

<https://orcid.org/0000-0001-6147-4777>
E-mail: juledurstucky@gmail.com
Dra. em Psicologia Social, PUC-RS.

MICHAEL QUADROS DUARTE

<https://orcid.org/0000-0002-5024-8587>
E-mail: mquadrosduarte@gmail.com
Dr. em Psicologia Social, UFRGS-RS.

MARINA BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-7610-8152>
E-mail: marinavr@hotmail.com
Dra. em Psicologia Social, PUC-RS.

LETÍCIA PESSOA

<https://orcid.org/0000-0002-9888-3483>
Email: leticia.pessoa@acad.pucrs.br
Bacharel em Psicologia, PUC-RS.

ANGELO BRANDELLI COSTA

<https://orcid.org/0000-0002-0742-8152>
E-mail: angelo.costa@pucrs.br
Dr. Psicologia UFRGS-RS, Professor, PUC-RS.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

diversificando el alcance de los estudios y los métodos utilizados para el análisis.

Palabras clave: *Psicología Política; Psicología Social; Revisión Sistemática; Historia de la Psicología; Dictadura militar brasileña.*

ABSTRACT

The aim of this review was to examine empirical studies that worked with the various themes proposed by political psychology in Brazil. The databases Lilacs, Scielo, Pepsic, Jstor, Psycinfo, Scopus and the Revista Psicologia Política were tracked in May 2018. The keyword “Political Psychology” was used, and the strings “Psychology and Politics” and “Political Psychology and Brazil” in the languages of the bases. 438 articles were located, and 19 were analyzed after the application of the PRISMA method. Among these, 15 (78,9%) were qualitative studies, 3 (15,8%) quantitative and 1 (5,3%) mixed. The thematic axes proposed for grouping the articles were called Politicized Clinic, Political Behavior and Brazilian Military Dictatorship. The results reinforce the need to implement research in this field, diversifying the scope of studies and the methods used for analysis.

Keywords: *Political Psychology; Social Psychology; Systematic Review; History of Psychology; Brazilian Military Dictatorship.*

INTRODUÇÃO

PRIMEIROS APONTAMENTOS

De uma maneira ampla, a psicologia política pode ser definida como um campo acadêmico dedicado a compreender a política, os políticos e os comportamentos políticos, a partir de uma perspectiva psicológica (Jost & Sidanius, 2004). Ela ocupa-se dos limites teóricos existentes entre a ciência política e a psicologia, de maneira semelhante como se encontram a própria psicologia social e a sociologia. Jost e Sidanius (2004) contam que a psicologia política é um campo interdisciplinar que trabalha não apenas com teorias e metodologias da psicologia e da ciência política, mas, também, com áreas como relações internacionais, antropologia, sociologia, economia, história e filosofia. Trata-se, assim, de uma ciência ampla que permite a elaboração de pesquisas quantitativas e estatísticas ou qualitativas e narrativas, dependendo do seu enfoque e do que se deseja contar.

McGuire (2004) remonta uma cronologia da psicologia política ocidental, dividindo-a em três eras iniciais: entre as décadas de 1940 e 1950 os estudos estavam voltados para o comportamento humano, e os temas da cultura e da personalidade autoritária, tão comuns nos regimes totalitários do século passado, foram bastante explorados por autores como Adorno et al. (1950), Horkheimer e Flowerman (1950) e Fromm (1941). Nos anos de 1960 e 1970 a pesquisa inclinou-se para as atitudes e os comportamentos de voto, tendo o autor Robert Lane (1962) como um de seus principais pesquisadores. Entre 1980 e 1990, a ideologia e a decisão passou a estar na lente da psicologia política, com Larson (1994) produzindo trabalhos importantes.

Diversos países têm estudado as dinâmicas existentes entre política, políticos e o comportamento político, a partir da psicologia. Estudos no campo da psicologia política concentram-se dentro da chamada *western-style democracy* – uma sociedade em que se busca altos níveis de informação e participação política, onde há engajamento e interesse da população pelo tema, havendo, assim, maior justificativa para a produção de pesquisas e conteúdos afins (Mutz, 2007). No Brasil, porém, essa perspectiva ainda é muito rudimentar, dado que a história recente do país conta com episódios políticos antidemocráticos, como a chamada Era Vargas e a Ditadura Militar, além de a psicologia ser uma profissão regulamentada há poucas décadas (Coimbra, 2004). Tais regimes impediram, de formas diversas, a construção de uma psicologia política científica e crítica (Coimbra, 2001), o que nos impele a explorar hoje este campo com maior aprofundamento e sistematização.

BREVE HISTÓRIA DA PSICOLOGIA POLÍTICA NO BRASIL

É certo que os primeiros registros sobre o tema no Brasil datam desde o começo do século 20. A obra “*Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: Estudo crítico de psicologia política*”, de Victor de Britto, e publicada no ano de 1908, pode ser descrita como um desses nascedouros. A interface entre psicologia e política acontece a partir da narrativa de um evento político, a Revolução Federalista, guerra civil que ocorreu no sul do Brasil logo após a Proclamação da República, e da tentativa de descrever seus dois líderes em questão. Seu autor, médico baiano que trabalhou no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1891 e 1924, foi também deputado federal entre 1912 e 1914. José Francisco de Oliveira Vianna, consultor da Justiça do Trabalho durante o governo de Getúlio Vargas (presidente do Brasil em duas oportunidades, que durante os anos de 1930 e 1945 presidiu o país de forma contínua), deu à psicologia social um sentido político, na tentativa de interpretar o cidadão brasileiro dentro da cultura e da organização política. Oliveira Vianna chegou a ser ministro do Tribunal de Contas da União em 1940, mas a sua principal contribuição foi em relação aos temas trabalhistas, culturais e institucionais (Silva, 2012).

A Psicologia foi estabelecida enquanto profissão no Brasil em 1962. Dois anos depois os militares tomavam o poder, por meio de um golpe de estado, sustentados pelo temor da instauração do comunismo,

em pleno período da Guerra Fria. Com apoio de parte da população, o marechal Humberto de Alencar Castello Branco assumiu a Presidência, tirando do posto o então presidente eleito João Goulart. O regime militar durou entre os anos de 1964 e 1985, bancado pelas bandeiras nacionalistas e desenvolvimentistas, marcando-se por um período de repressão política e restrição de direitos civis (Scarpato, Torres, & Ecker, 2014). O período militar impôs contornos importantes à psicologia política no Brasil, fosse por coordenar a atuação de alguns psicólogos aliados do governo, fazendo uso de seus conhecimentos técnicos em prol da ditadura, fosse para explicar os direcionamentos que a psicologia política vinha trilhando nas últimas décadas, ainda muito impactada pelos resíduos da repressão. Profissionais da psicologia que apoiaram os militares patologizaram muitas das pessoas que lutaram contra o regime, emitindo laudos e/ou aplicando testes psicológicos, como Rorschach, em presos políticos, que eram posteriormente classificados com expressões como “carentes”, “desestruturados”, “índice de estereotipia elevado”, “atitude oposicionista” ou “doentes” (Coimbra, 2001, 2004).

Mesmo com todos esses entraves na construção da psicologia política, protagonistas como Silvia Lane, Leoncio Camino e Salvador Sandoval conseguiram trazer os primeiros tons desta ciência no Brasil, tendo eles sido os responsáveis por darem seus primeiros alinhamentos (Silva, 2012). Sandoval, inclusive, fundou em 2011 a *Revista Psicologia Política*, principal periódico acadêmico de psicologia política no Brasil e um dos bancos da análise desta revisão.

POR ONDE CAMINHA A PSICOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA?

Em mais de meio século, a psicologia brasileira foi construindo-se, encontrando campos de interesse, explorando caminhos de atuação. A psicologia política, ainda embrionária, tem se sustentado em duas principais linhas: (a) psicologia política enquanto área do conhecimento destinada a trabalhar a política, fazendo uso de teorias e metodologias psicológicas; (b) e a psicologia política enquanto força de consciência, de uma psicologia social politicamente engajada (Martín-Barò, 1988). O angolano Carlos Barracho ajuda a traduzir um pouco desses caminhos paralelos, quando diz que a psicologia política se ocupa do lado subjetivo da vida política, diferentemente das ciências sociais e da sociologia (Barracho, 2011).

Grande parte dos estudos da psicologia política no Brasil relacionam-se com a política pública, ou de como a psicologia (em geral) pode e deve ser politizada (Silva, 2012). A exemplo disso temos a análise bibliométrica das produções sobre Psicologia Política no Brasil (Hur & Sabucedo, 2017) que demonstrou que 58,9% da produção total dos artigos dos anos de 2000 a 2015 referiam-se a discussões teóricas sobre essas temáticas. Desse mesmo levantamento bibliométrico, constatou-se que as produções empíricas que se baseiam em *surveys* e escalas atingem apenas 6,3% das produções dos quinze anos analisados (Hur & Sabucedo, 2017). Temas como atitudes políticas e comportamentos de voto, ideologias e decisão política, tão comumente estudados em outros países, ainda parecem não ser o campo principal de exploração da psicologia política brasileira. Neste sentido, optou-se, para uso nesta revisão sistemática, pela conceituação de psicologia política da Associação Americana de Psicologia (APA) que trata da psicologia política em duas dimensões possíveis: (a) o estudo das questões, processos e dinâmica políticas, em níveis grupais e individuais, a partir da perspectiva dos princípios da psicologia; e (b) a aplicação de princípios e conhecimentos psicológicos à formação de políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à saúde mental e questões associadas. Aliada à definição da APA, valemo-nos do dicionário de psicologia de Cambridge, que define a psicologia política como um ramo interdisciplinar da psicologia que estuda crenças, atitudes e participação política e sua interação com o funcionamento da mente (Matsumoto, 2009).

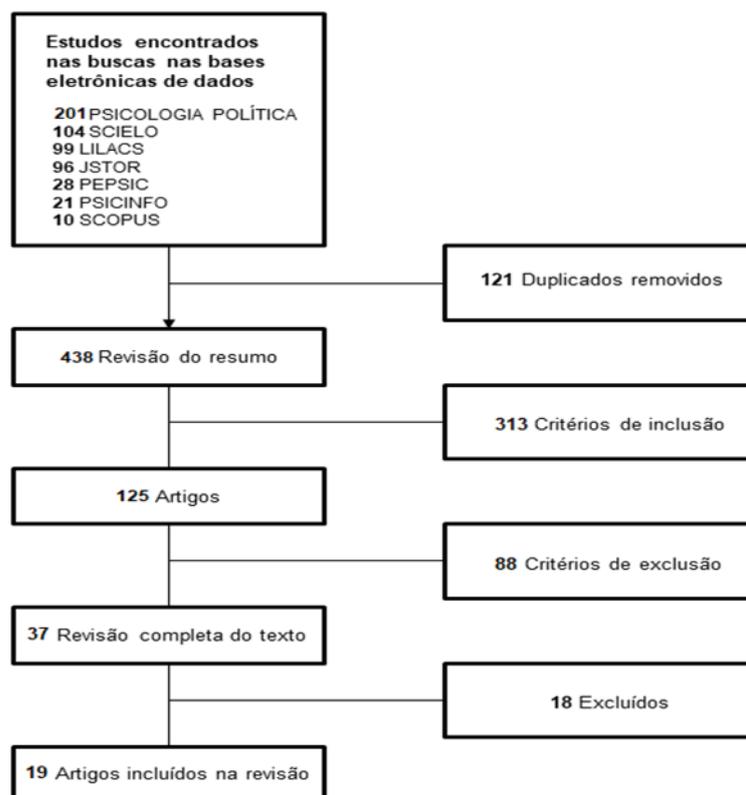
Esta revisão sistemática propõe-se, então, a auxiliar na delimitação do campo da psicologia política no Brasil, enumerando e analisando o que vem sendo produzido na temática a partir da definição elencada acima, apontando os caminhos até então escolhidos para descrever fenômenos políticos e sugerir novas possibilidades de estudos, certos de que este instigante campo ainda carece de maior investimento, robustez e estruturação no país.

MÉTODO

A análise desta revisão sistemática foi feita no mês de maio de 2018, por três juízas, conduzida conforme a metodologia *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*. Os bancos nacionais utilizados foram Lilacs, Scielo e Pepsic, e os internacionais Jstor, Psycinfo e Scopus. Essas bases foram escolhidas em razão da sua representatividade e por possuírem um alto grau de abrangência, facilitando a procura por artigos relacionados ao tema desta revisão. A palavra-chave indexada foi “Psicologia Política”, e os *strings* “Psicologia e Política” e “Psicologia Política e Brasil”, nos idiomas português e inglês. Por fim, fez-se busca de todas as publicações da revista *Psicologia Política*, em seus 23 números disponíveis eletronicamente, entre os anos de 2007 e 2016. Para auxiliar no processo desta revisão, foi utilizado o software EndNote.

Foram encontrados, inicialmente, 417 títulos nas sete bases de dados, já excluídos os artigos repetidos. Os estudos foram analisados a partir dos seguintes critérios de inclusão: (a) pesquisa empírica, (b) realizada no Brasil, (c) sobre psicologia, sem qualquer limitação temporal. 307 artigos não atenderam a estes critérios, sendo excluídos. Os estudos restantes tiveram seus resumos analisados, sendo removidos todos artigos cujos resumos não tratassem de temas como posicionamento e participação política, comportamento de voto, democracia, cidadania, processos eleitorais e organização partidária (critério de exclusão). Aplicado este critério, restaram 38 artigos, os quais foram lidos na íntegra pelas três juízas, finalizando a revisão com 19 estudos. O procedimento de busca é apresentado na Figura 1.

Figura 1. Diagrama Prisma



Para os critérios de exclusão, utilizou-se como base o conceito de psicologia política da APA e, também, o conceito de Cambridge. Foram utilizadas as categorias apresentadas por Jost e Sidanius (2004) sobre temas que a psicologia política americana se ocupou desde a metade do século passado: (a) décadas de 1940/1950 personalidade e cultura, (b) décadas de 1960/1970 atitudes e comportamento de voto, (c) décadas de 1980/1990 ideologia e decisão. O conceito de Cambridge, por sua vez, compreende esses mesmos três eixos a partir das (a) crenças, (b) atitudes e (c) participação política. Utilizando-se desse recorte, os autores optaram, então, por analisar e interpretar aqueles artigos que se afastaram da temática das políticas públicas – já tão estudada pelos pesquisadores da psicologia política no Brasil.

Os dados dos 19 artigos foram extraídos e alocados em uma planilha, referendando-se título, nome dos autores, ano e país de publicação, delineamento e perfil dos participantes. Tais componentes são apresentados de forma sintetizada na Tabela 1.

Tabela 1

Título	Nome do Autor/ Ano	Origem dos pesquisadores	Delineamento	Perfil dos participantes	Estrato Qualis CAPES2013-2016
1) “Like Kings in Their Kingdoms”: Conservatism in Brazilian Psychoanalysis During the Dictatorship	Stephen Frosh e Belinda Mandelbaum (2017)	Suécia	Qualitativo – Entrevista semiestruturada	Psicanalistas	A1
2) Memórias da Guerrilha: Construção e Transformação	Domenico Uhng Hur (2013)	Brasil	Qualitativo – Entrevista semiestruturada	Ex-guerrilheiro Jamil Rodrigues	A2
3) Políticas da Psicologia: Histórias e Práticas das Associações Profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a Ditadura e a Redemocratização do País	Domenico Uhng Hur (2012)	Brasil	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas e análise documental	Membros da diretoria do CRP-RS e SPESP	A2
4) Razão e Emoção: O Voto na Eleição Presidencial de 2006	Jairo Tadeu Pires Pimentel Junior (2010)	Brasil	Quantitativo – estudo empírico com aplicação de escalas	Eleitores brasileiros	A1*
5) Metas da Ação Coletiva e Vontade de Atuar e Maneira Coletiva na Produção da Consciência Política de Agricultores	Alessandro Soares da Silva (2013)	Colômbia	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas	Famílias de trabalhadores sem terras brasileiros	A2
6) Silêncios e Saberes Guardados nas Imagens do Pré-Golpe de 1964	Helena Scarparo (2008)	Brasil	Qualitativo – Análise documental e categorização de fotografias	Imagens de mídias impressas do Estado do Rio Grande do Sul, durante os meses que antecederam o regime militar	B3
7) Brazilian Party Left Opinion: A Q-Methodology Profile	Patrick Peritone (1989)	EUA	Misto – Metodologia Q (entrevistas qualificadas e análise fatorial)	Membros de partidos políticos brasileiros	A1
8) Memória Política: Construindo um Novo Referencial Teórico na Psicologia Política	Soraia Ansara (2008)	Brasil	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas	Líderes comunitários e sindicais	B3

Título	Nome do Autor/ Ano	Origem dos pesquisadores	Delineamento	Perfil dos participantes	Estrato Qualis CAPES2013-2016
9) Imagem do Político Brasileiro	Aroldo Rodrigues et al. (2012)	Brasil	Quantitativo – Estudo empírico com aplicação de instrumentos (Survey)	Residentes do Estado do Rio de Janeiro	Revista de Ciência Política do Rio de Janeiro. Sem classificação (Universidade Gama Filho UGF-RJ)
10) Conversando sobre Política na Situação Psicoterapêutica	Roque Gui (2009)	Brasil	Qualitativo – Aplicação de questionário e grupos focais	Psicoterapeutas, das cidades de São Paulo e Brasília	A2
11) Participação Política entre Adolescentes em Situação Eleitoral de Voto Facultativo	Julia Brasil et al. (2008)	Brasil	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas	Estudantes de uma instituição pública de Ensino Médio em Vitória. Espírito Santo.	B3
12) Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil	Tatiana Lionço (2017)	Brasil	Qualitativo – Análise documental	Documentos públicos que aproximam a Psicologia do fundamentalismo religioso e/ou da defesa da laicidade do Estado	A2
13) Passe Livre Já: Participação Política e Constituição do Sujeito	Marcela Gomes e Kátia Maheirie (2008)	Brasil	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas	Militantes do Movimento Passe Livre	Dissertação de Mestrado da UFSC
14) Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários	Telma Regina de Paula Souza (1998)	Brasil	Qualitativo - Análise de discurso	Análise das narrativas de ideólogos nazi-facistas	B3
15) Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes	Marcos Ribeiro Mesquita (2003)	Brasil	Qualitativo - Análise temática/ etnografia	Análise dos conteúdos e das formas de organização do movimento militante estudantil	B3
16) Memória coletiva: Um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo	Soraia Ansara (2001)	Brasil	Qualitativo – Entrevista	Estudo sobre a memória coletiva de uma greve operária	B3
17) Participação política e psicologia social: a trajetória de lideranças dos movimentos políticos	Bernadete Baltazar (2003)	Brasil	Qualitativo - Entrevista	Análise do conteúdo de lideranças movimentos populares e os motivos de inserção e permanência no movimento	B3
18) Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste brasileiro	Sheyla Christine Santos Fernandes et al. (2006)	Brasil	Quantitativo - Estudo empírico com aplicação de escalas	Análise da relação entre valores e participação política	B3
19) Narrativas do Silêncio: Movimento da Luta Antimanicomial, Psicologia e Política	Pâmela Machado, Helena Scarparo e Aline Hernandez (2015)	Brasil	Qualitativo – Entrevistas semiestruturadas e análise temática	Psicólogos que participaram do Movimento da Luta Antimanicomial no Rio Grande do Sul	B3

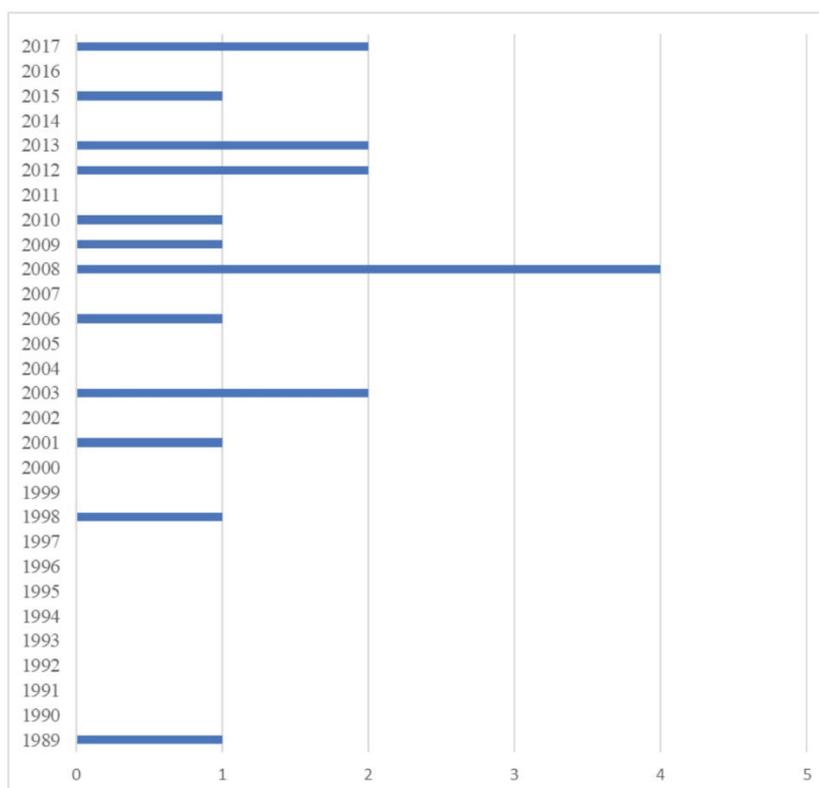
* *Ciência política e relações internacionais*

RESULTADOS

Em relação ao delineamento, 15 estudos utilizaram metodologia qualitativa em suas pesquisas, três estudos a metodologia quantitativa e um artigo utilizou o método misto para atingir os objetivos propostos. Foram 16 pesquisas publicadas em periódicos brasileiros e três em estrangeiros (Colômbia, Estados Unidos e Suécia). Desses, três artigos referem-se ao final do século XX (1989-2000) e 16 referem-se ao início do século XXI (2001-2017). A criação da Associação Brasileira de Psicologia Política no ano 2000 definiu elementos que têm possibilitado que o tema seja reconhecido no Brasil, justificando, provavelmente, a concentração de estudos publicados nesse período (Silva, 2012).

A linha temporal construída com os 19 artigos selecionados (Figura 2) mostra que a concentração das publicações em psicologia política tem se dado especialmente na última década.

Figura 2. Número de artigos por ano



Os 19 artigos identificados pelos critérios adotados nesta revisão sistemática organizam-se em três temas principais: (a) clínica politizada, (b) comportamento político e (c) ditadura militar brasileira. Considerando as três eras sugeridas por McGuire (2004) – (a) cultura e personalidade autoritária; (b) comportamento de voto; (c) ideologia e decisão de voto –, é clara a diferença entre os eixos desenvolvidos pela psicologia política em países do norte do globo como os Estados Unidos, detalhada na introdução deste artigo, e brasileira. Clínica politizada e ditadura militar, especialmente, nascem da lógica construída pela história da psicologia no Brasil, que lidou com duas forças ambivalentes: a de um lado unir-se ao regime militar, alinhando-se com os objetivos daquele governo, e de outro a oposição à ditadura e a impossibilidade de exercer a profissão voltada à ciência crítica. O eixo aqui chamado de comportamento político talvez possa alinhar-se um pouco mais às construções que McGuire (2004) sugere, estando presente nas três eras descritas pelo autor. A organização dos eixos encontra-se na Tabela 2.

A clínica politizada traz ao psicólogo a responsabilidade de unir política e prática profissional, distanciando-o de um olhar mais individualizado, e propondo uma compreensão psicológica coletiva e atrelada aos direitos humanos - uma perspectiva alinhada à política pública e à função social do psicólogo. A ampliação do debate foi importante para o desenvolvimento da profissão no Brasil, onde o campo da psicologia comunitária ganhou espaço pelas características sociais brasileiras, a começar pela expressiva desigualdade entre as classes sociais.

O eixo sobre comportamento político traz artigos preocupados em compreender a forma como o brasileiro vota e se insere no processo democrático. O voto tem uma história peculiar na linha de tempo do Brasil. As primeiras normas do sistema eleitoral brasileiro datam de 1824, outorgadas por Dom Pedro I. Naquele período, o voto era obrigatório para quem tivesse capacidade eleitoral, leia-se os homens com mais de 25 anos de idade, e determinada renda. Excluía-se quem não tivesse essas atribuições, como mulheres, soldados, índios e escravos. Até o advento da atual Constituição Federal de 1988, diversas outras limitações ao processo eleitoral foram impostas. Em maio de 1933 as brasileiras puderam, pela primeira vez, na história do país votar e ser votadas. Alguns anos antes, em 1927, no entanto, o estado do Rio Grande do Norte, por meio de uma lei eleitoral estadual, determinou o direito ao voto sem distinção de sexos. Em 1928, mulheres oriundas das cidades de Natal, Mossoró, Acari e Apodi alistaram-se como eleitoras (TSE, 2013). Durante o período do regime militar, o voto para eleger o ocupante do posto máximo do poder executivo também foi subtraído, sendo devolvido à população somente em 1988, com a redemocratização do país. O voto enquanto expressão de um direito ou de um dever da população tem sido instrumento de leitura e análise

O terceiro eixo trabalha a tônica do período da ditadura militar brasileira como dado histórico, a partir do papel da psicologia neste exato período. A psicologia é fundada enquanto profissão na década de instauração do regime militar, o que levaria muitos estudiosos a questionar qual teria sido a real função desta ciência. Há nos artigos que compõem esse eixo uma tentativa de condenar o período militar, evidenciando os prejuízos que foram impostos à sociedade brasileira, à subjetivação dos sujeitos, às liberdades individuais, e também desdobrar o papel da psicologia em duas principais linhas: aliada aos militares, servindo de base para justificar medidas extremas contra parte da população, sustentada em seus saberes e práticas, respaldando situações de violência, e alinhada à uma função social da ciência, preocupada em denunciar os abusos do Estado e se firmar enquanto área voltada à construção e garantia dos direitos humanos.

Tabela 2. Eixos temáticos

Clínica Politizada	Comportamento Político			Ditadura Militar Brasileira
	Voto	Ideologia	Cultura	
Conversando sobre Política na Situação Psicoterapêutica	Razão e Emoão: O Voto na Eleição Presidencial de 2006	Brazilian Party Left Opinion: A Q-Methodology Profile	Memória Política: Construindo um Novo Referencial Teórico na Psicologia Política	Silêncios e Saberes Guardados nas Imagens do Pré-Golpe de 1964
Narrativas do Silêncio: Movimento da Luta Antimanicomial, Psicologia e Política	Imagem do Político Brasileiro	Ideologias ou mitos totalitários? Fragmentos de discursos inigualitários	Psicologia, Democracia e Laicidade em Tempos de Fundamentalismo Religioso no Brasil	Memórias da Guerrilha: Construção e Transformação
	Participação Política entre Adolescentes em Situação Eleitoral de Voto Facultativo	Juventude e movimento estudantil: discutindo as práticas militantes	Metas da Ação Coletiva e Vontade de Atuar e Maneira Coletiva na Produção da */*/Consciência Política de Agricultor/es Acampados do MST – Brasil	Políticas da Psicologia: Histórias e Práticas das Associações Profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a Ditadura e a Redemocratização do País

Clínica Politizada	Comportamento Político			Ditadura Militar Brasileira
	Voto	Ideologia	Cultura	
			Passe Livre Já: Participação Política e Constituição do Sujeito Participação política e psicologia social: a trajetória de lideranças dos movimentos políticos Valores psicossociais e participação política de estudantes universitários de uma cidade do nordeste brasileiro	“Like Kings in Their Kingdoms”: Conservatism in Brazilian Psychoanalysis During the Dictatorship Memória coletiva: Um estudo psicopolítico de uma luta operária em São Paulo

DISCUSSÃO

A história política brasileira recente é responsável pelo achatamento e enviesamento da psicologia, especialmente da psicologia política: períodos extensos de autoritarismo acabaram por dificultar o desenvolvimento de uma ciência crítica e livre, fazendo com que até hoje o Brasil costure suas ideias dentro dos fatos históricos a que foi submetido. O período de repressão no pós-guerra coloca o Brasil numa situação de impasse científico: foi preciso sobreviver ao período ditatorial para, então, iniciar um retorno à ciência crítica. A psicologia, neste contexto, precisou olhar para si, repensar suas funções e elaborar um caminho possível para ser reconstruída e reconhecida. Assim, pode-se dizer que os três eixos temáticos encontrados nesta revisão contam um pouco sobre o papel da psicologia dentro da política: (a) denunciar os abusos a que foi submetida durante o período do regime militar; (b) desenvolver seu papel politizador e alicerçado às políticas públicas, e, por fim, (c) adentrar no campo dos processos e dinâmicas políticas.

A criação da *Revista Psicologia Política*, em 2001, e os acontecimentos políticos envolvendo a sociedade brasileira, especialmente após 2013, apoiados por um período de redemocratização, inaugurada em 1988, com o advento da Constituição Federal, são elementos que talvez nos ajudem a explicar esse fenômeno. O ano de 2013 no Brasil foi marcado por uma onda de protestos que se espalhou por várias cidades, tendo se tornado a maior série de manifestações de rua desde o movimento dos caras pintadas em favor do *impeachment* do ex-presidente da república Fernando Collor de Mello. Temas como o preço da passagem do ônibus, corrupção entre a classe política e o *impeachment* da ex-presidente da República Dilma Rousseff foram alguns dos principais estopins que marcaram a segunda metade da década de 2010. É possível que a junção de tantos acontecimentos tenha reinaugurado a psicologia política como área de produção de conhecimento.

Enquanto diversos países do norte ocupam-se com a psicologia política há décadas, o Brasil ainda busca construir eixos de pesquisa no tema. A psicologia política surgiu como campo acadêmico em 1978, quando a Sociedade Internacional de Psicologia Política foi fundada – período em que, já referendado, o Brasil, assim como outros países da América Latina, governava-se pelo regime não democrático. A exemplo disso, temos um estudo do eixo três, realizado por Hernandez e Scarparo (2008), que teve como objetivo analisar as imagens divulgadas na mídia sul-rio-grandense no período anterior ao golpe de 1964. A intenção do estudo foi compreender os elementos narrativos propostos pelas imagens e a possível enunciação do regime de exceção que estava por vir. O método utilizado foi o da pesquisa documental, onde inicialmente se fez o resgate dos materiais e registros que, posteriormente, foram analisados e agrupados em categorias narrativas. A partir da análise das imagens instauram-se três diferentes categorias, denominadas: Militarização Social: disciplinando mentes e corpos; Estratégias de Controle: quem quer manter a ordem? e Forças de Resistência: das margens ao centro. Na primeira categoria as imagens

publicitárias eram carregadas de conteúdo militar, como fardas, cabines de aviões, uniformes e a postura ‘em forma’ dos militares, estabelecendo como padrão a disciplina e o controle. Na segunda categoria encontravam-se imagens que remetiam à falta de controle dos representantes políticos, ironizando-os, levando a compreensão da incapacidade de o regime atual vigente conseguir manter a ordem e o progresso. Na terceira categoria as imagens remetiam ao que os autores chamaram de repressão preventiva, onde apareciam militares sinalizando estarem acompanhando as ações dos movimentos sindicais e políticos. Em suma, é possível, a partir da análise do comportamento midiático e das mensagens transmitidas pelas imagens, moldar a opinião pública e o comportamento político, mais pelo não-dito do que pela mensagem explícita. Essa conclusão reforça o potencial de influência dos meios de comunicação sobre a compreensão dos fenômenos sociais e políticos, sendo muito mais do que a notícia, mas a transmissão de ideais e posicionamento frente aos fatos.

A psicologia constitui-se, assim, em um período político específico, talhado a reprimir quaisquer olhares contrários ao regime imposto, o que talvez explique da psicologia enquanto uma ciência capaz de ocupar-se com a política até os dias de hoje. Um artigo que se encontra no eixo dois evidencia a atualidade da capacidade de compreensão do comportamento político no Brasil atual. O estudo realizado por Julia Brasil e cols. (2008) apresentou e discutiu as representações sociais que adolescentes entre 16 e 17 anos de idade têm em relação a política a partir de entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas a coleta e análise de 50 entrevistas com alunos do ensino médio de uma escola pública da região sudeste do país. Verificou-se que os possíveis elementos que organizam as representações sociais de política e políticos dos adolescentes foram: corrupção, eleição, líder. Dessas representações, grande parte referia-se a aspectos negativos do cenário político brasileiro, sendo a principal delas a corrupção. Os resultados são preocupantes, pois denotam o desinteresse e o descrédito de um grupo etário que está iniciando o seu processo de participação política e de construção da cidadania. Isso nos mostra a importância do investimento em educação política, uma vez que quanto maior o conhecimento sobre o cenário e os movimentos políticos, maior é a capacidade dos cidadãos de escolherem bons representantes.

Inaugura-se um período em que os estudiosos brasileiros podem desenvolver os campos específicos de pesquisa, buscar publicações de excelência, aplicar modelos internacionais adaptados, e, sem dúvida, construir modelos próprios, alinhados com todas as especificidades da realidade política e social brasileira. Incentiva-se inclusive que esses estudos tenham diversidade tanto metodológica quanto de participantes, uma vez que a política e as suas implicações afetam todos os campos da vida em sociedade. Um bom exemplo da diversidade da capacidade analítica da psicologia política, que faz parte do eixo um, está no trabalho desenvolvido por Gui (2009). O objetivo do estudo foi analisar a intervenção clínica sobre o material político apresentado na situação terapêutica, buscando investigar as relações existentes entre desenvolvimento psicológico e desenvolvimento político da personalidade. Os resultados foram obtidos a partir de questionários e entrevistas semiestruturadas com 24 terapeutas da região sudeste do país, de ambos os sexos e com diferentes orientações clínicas. Essa análise confirmou a cisão imposta pela face pública da profissão, que se mostra apolítica, e a face privada dos profissionais, que vivem engajamentos sociopolíticos. Os mesmos afirmaram estabelecer a relação entre o conteúdo político trazido pelos pacientes e o desenvolvimento político da personalidade. Tal fato representa as marcas impostas à prática profissional da psicologia dos tempos da ditadura, que se mostra ‘asséptica’ aos acontecimentos políticos e às interações em grupo que também constituem a forma das pessoas de ver e de agir no mundo.

CONCLUSÃO

Os temas de pesquisa escolhidos pelos cientistas brasileiros, como tentou demonstrar este artigo, são fruto da trajetória social e política deste país, e mostram as diferenças existentes entre pesquisas internacionais e nacionais. Essas diferenças originam-se exatamente pela tônica múltipla, e tão diferente, dos contextos econômicos e políticos das nações. Se nos Estados Unidos a manutenção de uma demo-

cracia sólida é vivenciada por grande parte dos cidadãos, a psicologia social, sem dúvida, olhou para as formas possíveis de compreender os fenômenos tangentes da democracia, como os comportamentos de voto e a ideologia. O nazismo e o fascismo pulverizado em grandes nações européias no século passado culminou na produção de pesquisas desenvolvidas por autores europeus sobre a personalidade autoritária.

Hoje o Brasil atravessa um período de estabilidade da democracia, especialmente com a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém, enfrenta, assim como outros tantos países, receios de radicalizações e autoritarismo. É nessa esteira que a psicologia política brasileira deve estar atenta, investigando os fenômenos políticos que estão hoje costurando nossos horizontes. Temas como corrupção, ideologia, cultura e fundamentos morais devem ser objetos de investigação, na busca de dados empíricos que possam explicar fenômenos políticos e sociais hoje infelizmente já cristalizados. É fundamental que para a ciência avance com liberdade, crítica e bom senso, exista democracia e Estado de Direito vigente e robusto. E só assim poderemos enriquecer este campo ainda emergente, e absolutamente fundamental para o desenvolvimento do país.

Para fundamentar o campo de estudo próprio, e que caiba à psicologia, bem como estabelecer suas bordas, é fundamental que novas revisões sistemáticas sobre o tema da psicologia política sigam sendo produzidas. Será a partir destas novas produções, sustentadas em outros bancos de buscas, e com outros delimitadores de critérios de inclusão e exclusão, é que o campo da psicologia política poderá desenvolver-se no Brasil. Neste estudo optou-se pelo indexador “psicologia política”, ainda que absolutamente amplo, exatamente para dar início a um esqueleto de outras revisões, que certamente serão enfrentadas por estes pesquisadores, mas também incentivadas para que outros o façam. As revisões de temas diversos possibilitarão construir uma linha de raciocínio histórica, entendendo a trajetória da psicologia enquanto ciência no Brasil, a partir de momentos políticos tão distintos. Mais que isso, é por meio dessa costura sistemática que a nós pesquisadores será possível identificar as faltas e os excessos, apontando para onde devemos voltar nossas investigações – pois a pesquisa tem compromisso social, de oferecer dados que sirvam de base para a transformação do país. Aqui fez-se uso de bancos de dados também internacionais, de forma a cobrir aquilo que tem sido produzido e oferecido para a comunidade estrangeira. Será certamente a partir de novas produções que a definição da psicologia política será construída, pensada e modificada ao longo do tempo.

Por fim, algumas limitações do presente estudo merecem destaque. Para compor esta revisão sistemática optou-se por utilizar a expressão Psicologia Política como principal indexador. Seria interessante que futuras revisões neste campo possam sugerir outros indexadores, a fim de gerar novos dados e, assim, outras compreensões sobre os caminhos e limites da pesquisa em psicologia política no Brasil. Também, estudos futuros podem adotar critérios de exclusão mais amplos, incluindo artigos teóricos e pesquisas realizadas em outros países que compõem a América do Sul, especialmente aqueles que também viveram períodos ditatoriais, como Chile e Argentina. Uma análise comparativa sobre os principais temas estudados nestes países seria interessante para traçar paralelos com o Brasil.

Agradecimento: o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), no doutorado de Juliana Ledur Stucky.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., Sanford, R. N., Aron, B. R., Levinson, M. H., & William R. M.** (1950). *The authoritarian personality* (1ª ed.). Harper.
- Barracho, C.** (2011). *Psicologia Política*. Escolar Editora.
- Brasil, J., Fonseca, K., Drago, Á., Vargas, E., Freitas, J., Bonomo, M., & Rosa, E. M.** (2008). Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 79-92. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2008000100006&lng=es&nrm=iso&tlng=es
- Britto, V.** (1908). *Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: Estudo critico de psychologia politica*. Oficinas graphicas da Livraria Americana.
- Coimbra, C. M. B.** (2001). Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, 6(2), 11-19. <http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v6n2/v6n2a03.pdf>
- Coimbra, C. M. B.** (2004). Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *Mnemosine*, 1, 48-52. https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41337/pdf_6
- Fromm, E.** (1941). *Escape from freedom*. Holt.
- Gui, R. T.** (2009). Conversando sobre política na situação psicoterapêutica. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(2), 346-363. Doi.org/10.1590/S1414-98932009000200011
- Hernandez, A. & Scarparo, H.** (2008). Silêncios e saberes guardados nas imagens do pré-golpe de 1964. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 57-78. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100005
- Horkheimer, M. & Flowerman, S. H.** (1950). Foreword to studies in prejudice. The authoritarian personality. The American Jewish Committee. Social Studies Series, 3. http://www.ajcarchives.org/AJC_DATA/Files/AP1.pdf
- Hur, D. U. & Sabucedo, J. M.** (2017). Psicologia Política no Brasil: análise bibliométrica sobre sua revista. *Revista Psicologia Política*, 17(38), 7-34. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000100002
- Jost, J. T. & Sidanius, J.** (Eds.). (2004). *Political psychology: Key readings*. Psychology Press. <http://dx.doi.org/10.4324/9780203505984>
- Lane, R. E.** (1962). Political ideology: why the American common man believes what he does. *American Political Science Review*, 57(3), 669-670. doi:10.2307/1952573
- Larson, D. W.** (1994). The role of belief systems and schemas in foreign policy decision-making. *Political Psychology*, 15(1), 17-33. doi 10.2307/3791437
- Martín-Baró, I.** (1988). Hacia una psicología política latinoamericana. In *Anais do XIII Congreso Colombiano de Psicología. Hacia una psicología para la sociedad Colombiana Memorias* (pp. 97-117). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v13n28/v13n28a10.pdf>
- Matsumoto, D.** (2009). *The Cambridge Dictionary of Psychology*. San Francisco State University.
- McGuire, W. J.** (2004). The poly psy relationship: Three phases of a lonf affair. In J. T. Lost & J. Sidanius (Eds.), *Key readings in social psychology, Political psychology, Key readings* (pp. 22-31). Psychology Press. <http://dx.doi.org/10.4324/9780203505984-1>
- Mutz, D. C.** (2007). *Political psychology and choice*. The Oxford Handbook of Political Science. Oxford University Press. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199270125.003.0005

Scarpato, H. B. K., Torres, S., & Ecker, D. D. I. (2014). Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de estado. *Revista Epos*, 5(1), 57-78. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100004&lng=pt&tlng=pt

Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 409-426. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v12n25/v12n25a04.pdf>

Tribunal Superior Eleitoral – TSE (2013). Há 80 anos mulheres conquistaram o direito de votar e ser votadas. Autor. <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Marco/ha-80-anos-mulheres-conquistaram-o-direito-de-votar-e-ser-votadas>

Histórico	<i>Submissão: 20/10/2020 Revisão: 06/04/2021 Aceite: 03/10/2021</i>
Contribuição dos Autores	<i>Conceitualização: JLS; MB; ABC Curadoria de dados: JLS; MB; LP; Análise de dados: MB; LP; ABC Elaboração do manuscrito original: JLS; MQD; ABC Redação - revisão e edição: JLS;MQD; ABC</i>
Financiamento	<i>Juliana Ledur Stucky Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).</i>
Consentimento de uso de imagem	<i>Não se aplica.</i>
Aprovação, ética e consentimento	<i>Não se aplica.</i>